
Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

A implantação nacional dos partidos políticos: PT e PFL

Márcio Nuno Rabat

*Consultor Legislativo da Câmara
dos Deputados
Área de Ciência Política*

Os dados apresentados nas próximas páginas foram organizados de maneira a permitir uma rápida visualização de como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Frente Liberal (PFL) estão se implantando nas várias regiões do País, ao longo das eleições para a Câmara dos Deputados, posteriores à reimplantação do pluripartidarismo, em 1979/80.

Algumas opiniões correntes sobre o sistema partidário brasileiro são relativizadas a partir da análise dessas séries históricas. Os dados indicam a possibilidade concreta de que alguns partidos políticos estejam se implantando de forma razoavelmente homogênea em todo o território nacional – o que, de um lado, desmente a idéia da vocação desses partidos para a inserção política exclusivamente regional e, de outro lado, constitui indício de que o sistema partidário tende a alcançar um perfil nacional coerente.

A implantação nacional do PT

A tabela apresentada a seguir é bastante simples. Primeiro, calculei o percentual de votos válidos recolhidos em cada região, nas eleições de deputados federais (linha A). Depois, calculei o percentual de votos do PT obtido em cada região (linha B). Na linha A/B, dividi o primeiro percentual pelo segundo, para facilitar a visualização da relação existente entre eles¹. Se o partido tivesse uma inserção completamente homogênea no território nacional, na linha A/B obteríamos sempre o resultado 1; resultado superior a 1 indica que o partido é eleitoralmente mais fraco na região que no País como um todo; resultado inferior a 1 indica que o partido é mais forte na região que no País.

¹ A divisão A/B constitui um índice pouco elaborado. O tamanho do eleitorado das regiões, apenas para citar um exemplo, torna mais ou menos prováveis certos resultados da divisão e pode induzir a erros de avaliação. No entanto, é um índice de fácil compreensão e suficiente para o objetivo desta análise.

Tabela 1² – Distribuição regional da votação, do PT
(Câmara dos Deputados)

1982

| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C. Oeste | Total |
|----------|-------|----------|---------|-------|----------|-------|
| (A) País | 3,8% | 23,8% | 48,7% | 18,3% | 5,3% | 99,9% |
| (B) PT | 2,0% | 4,0% | 88,8% | 4,2% | 1,0% | 100% |
| A/B | 1,9 | 5,95 | 0,55 | 4,36 | 5,3 | |

1986

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 3,9% | 23,3% | 49,2% | 18,2% | 5,4% | 100% |
| (B) PT | 3,9% | 7,7% | 69,8% | 15,6% | 2,9% | 99,9% |
| A/B | 1 | 3,02 | 0,70 | 1,17 | 1,86 | |

1990³

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,1% | 23,9% | 48,2% | 16,5% | 6,3% | 100% |
| (B) PT | 3,8% | 10,0% | 63,3% | 15,9% | 6,9% | 99,9% |
| A/B | 1,34 | 2,39 | 0,76 | 1,04 | 0,91 | |

1994

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,5% | 24,6% | 45,9% | 17,3% | 6,6% | 99,9% |
| (B) PT | 3,6% | 13,4% | 56,2% | 20,1% | 6,7% | 100% |
| A/B | 1,53 | 1,84 | 0,82 | 0,86 | 0,98 | |

1998

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,9% | 23,8% | 46,8% | 16,8% | 6,7% | 100% |
| (B) PT | 3,9% | 16,6% | 52,0% | 21,5% | 5,9% | 99,9% |
| A/B | 1,51 | 1,43 | 0,9 | 0,78 | 1,14 | |

² Cálculos realizados a partir da publicação "Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)", organizada por Jairo Marconi Nicolau [Rio, Revan/IUPERJ-UCAM, 1998], e de totalização dos votos de 1998, efetuada, em 27/10/1998, pela Coordenação de Registro de Comissões e Movimentação Parlamentar e de Apoio à Informática da Câmara dos Deputados.

³ A criação, e incorporação à região Norte, do estado de Tocantins – em território anteriormente pertencente a Goiás e, portanto, à região Centro-Oeste – mudou um pouco o perfil dessas regiões. Caso não houvesse ocorrido a mudança, o percentual de votos válidos recolhidos no Norte teria passado de 3,9%, em 1986, para 4,5%, em 1990 (e não 5,1%, como indicado na tabela); no Centro-Oeste, teria passado de 5,4% para 6,9% (e não 6,3%, como na tabela).

A observação da linha A/B mostra um percurso de implantação nacional do PT bastante linear. Parte, em 1982, de grande concentração na região Sudeste e significativa ausência nas demais regiões, com exceção parcial da região Norte. A partir de então, apresenta crescimento constante, embora em ritmos desiguais, no Nordeste, Sul e Centro-Oeste e decréscimo relativo no Sudeste. Em 1998, a implantação do PT na região Sudeste ainda é mais significativa que no País como um todo, mas a diferença é pequena e, pela primeira vez, o partido se torna relativamente maior em outra região (no Sul).

O crescimento do PT no Sul tem se dado em ritmo bastante acelerado. De insignificante implantação eleitoral nas eleições de 1982, passa, em 1986, para implantação semelhante à do partido no País como um todo. Em 1994, já ultrapassa a implantação nacional e, em 1998, torna-se a região em que o partido é proporcionalmente mais votado. No Nordeste, o crescimento do PT foi igualmente constante, mas em ritmo bem mais modesto. Embora tenha crescido de eleição para eleição, em 1998 o partido ainda estava menos implantado na região que no País como um todo. No Centro-Oeste, o PT cresceu, inicialmente, em ritmo tão acelerado quanto no Sul, alcançando, já em 1990, implantação regional superior à nacional. Desde então, estabilizou-se em grau de implantação semelhante ao do partido no País.

A região Norte é um caso à parte. Trata-se de um bom exemplo da necessidade de se cuidar simultaneamente do número de votos obtidos e do número de candidatos eleitos, para se ter uma idéia precisa do desempenho eleitoral de um partido. Muitos, suponho, ainda se surpreenderão com a informação de que, em 1982 e 1986, o Norte foi a região em que, após o Sudeste, o PT obteve melhores resultados. Além de certas correlações mecânicas entre industrialização e oposição ao governo ou organização política de trabalhadores, certamente contribui para a surpresa o fato de que, nessas duas eleições, o PT não elegeu nenhum deputado federal no Norte. Ora, tal fato se deveu, em parte, à pequena magnitude das circunscrições (número de deputados eleitos por estado) na região.

Por outro lado, a partir de 1990, a votação do PT no Norte cresce menos que no resto do País. Em 1998, já é a região em que o partido se mostra menos implantado⁴. É muito provável que a própria dificuldade para eleger deputados em circunscrições pequenas tenha desestimulado o partido, pois, em outros pleitos, o PT tem alcançado bons resultados no Norte (prefeituras de Rio Branco e Belém, em 1992 e 1996, respectivamente; dois senadores eleitos pelo Acre; em 1996; Acre e

⁴ Note-se, contudo, que tal não aconteceria se o estado de Tocantins não se houvesse incorporado à região Norte. Neste caso, a linha A/B de 1998 apresentaria o resultado 1,39 na coluna Norte, contra 1,43 no Nordeste. Aliás, também em 1990 a tendência ao enfraquecimento relativo do PT no Norte teria sido menos acentuada (resultado 1,22 na coluna Norte).

Amapá foram os estados em que o PT, proporcionalmente, elegeu mais prefeitos – e, no Acre e em Rondônia, mais vereadores).

De qualquer forma, o ponto a ressaltar é que, de 1982 a 1998, houve uma mudança muito significativa no perfil de inserção nacional do PT. De partido muito desigualmente implantado nas regiões brasileiras, passou a uma implantação razoavelmente homogênea em todo o território nacional.

É interessante notar que, ao iniciar-se, em 1945, o período pluripartidário que sobreviveria até 1965, os partidos de esquerda não apenas obtiveram percentual de votos mais elevado que no reinício do pluripartidarismo na década de 1980, mas também apresentaram implantação regionalmente mais homogênea. Mostra-o, por exemplo, a repetição dos cálculos anteriormente feitos, tendo por objeto, agora, o Partido Comunista do Brasil nas eleições de 1945 (compare com os resultados do PT em 1982 e 1986).

Tabela 2⁵ – Distribuição regional da votação do Partido Comunista (Câmara dos Deputados – 1945)

| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C. Oeste | Total |
|----------|-------|----------|---------|-------|----------|-------|
| (A) País | 2,2% | 24,7% | 54,1% | 16,9% | 2,1% | 100% |
| (B) PCB | 1,1% | 18,5% | 69,2% | 9,3% | 1,9% | 100% |
| A/B | 2 | 1,33 | 0,78 | 1,82 | 1,10 | |

A implantação nacional do PFL

Tabelas análogas às anteriores foram organizadas para os resultados eleitorais do PFL. A série histórica é mais curta porque o PFL só começou a participar de eleições para a Câmara dos Deputados em 1986.

⁵Cálculos realizados a partir de dados da publicação “Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais”, coordenada por Wanderley Guilherme dos Santos [São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990].

**Tabela 3⁶ – Distribuição regional da votação do PFL
(Câmara dos Deputados)**

1986

| | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | C. Oeste | Total |
|----------|-------|----------|---------|-------|----------|-------|
| (A) País | 3,9% | 23,3% | 49,2% | 18,2% | 5,4% | 100% |
| (B) PFL | 3,8% | 48,2% | 30,1% | 12,9% | 5,0% | 99,9% |
| A/B | 1,03 | 0,48 | 1,63 | 1,41 | 1,08 | |

1990

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,1% | 23,9% | 48,2% | 16,5% | 6,3% | 100% |
| (B) PFL | 4,2% | 54,6% | 22,3% | 14,1% | 4,8% | 99,9% |
| A/B | 1,21 | 0,44 | 2,16 | 1,17 | 1,34 | |

1994

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,5% | 24,6% | 45,9% | 17,3% | 6,6% | 99,9% |
| (B) PFL | 3,6% | 54,6% | 23,7% | 13,2% | 4,8% | 99,9% |
| A/B | 1,53 | 0,45 | 1,94 | 1,31 | 1,37 | |

1998

| | | | | | | |
|----------|------|-------|-------|-------|------|-------|
| (A) País | 5,9% | 23,8% | 46,8% | 16,8% | 6,7% | 100% |
| (B) PFL | 8,8% | 36,9% | 36,8% | 12,8% | 4,6% | 99,9% |
| A/B | 0,67 | 0,64 | 1,27 | 1,31 | 1,46 | |

⁶ Cálculos realizados a partir das fontes da tabela 1 (ver nota 2).

O percurso de implantação nacional do PFL é bem menos linear que o do PT. Em 1986, o partido se mostrou fortemente implantado no Nordeste, recebeu votação compatível com sua dimensão nacional no Norte e no Centro-Oeste, mas foi relativamente pouco votado no Sul e, principalmente, no Sudeste. Nas duas eleições posteriores (1990 e 1994), só se manteve estável a significativa dependência do partido em relação aos votos do Nordeste, que até aumentou um pouco. No Norte e no Centro-Oeste, o partido perdeu posição relativa tanto em 1990⁷ como em 1994. No Sul, o partido, em 1990, ganhou força e aproximou-se da média nacional, mas em 1994 voltou a distanciar-se. No Sudeste, o PFL perdeu ainda mais terreno, principalmente em 1990.

Já as eleições de 1998 trouxeram mudanças significativas no perfil de implantação nacional do PFL. A dependência em relação aos votos nordestinos caiu dramaticamente devido a um aumento muito substancial da inserção do partido nas regiões Norte e Sudeste. No Sul e no Centro-Oeste, a inserção relativa do partido manteve-se próxima à das duas eleições anteriores.

O ponto importante a reter é que, nas eleições de 1998, o PFL mostrou-se capaz de alcançar implantação regional relativamente homogênea em todo o País⁸. Trata-se, é certo, de uma tendência menos clara que no caso do PT. Para o PFL, o resultado de 1998 não se apresenta como uma continuidade natural dos resultados anteriores, mas como uma mudança algo abrupta de orientação⁹. No entanto, se as próximas eleições confirmarem a tendência para a homogeneização da implantação regional do partido, tratar-se-á de mais um indício de que a formação de um sistema partidário nacional coerente está na ordem do dia, sem mudanças nas regras eleitorais.

⁷Embora com números levemente diversos, a tendência seria a mesma se o estado de Tocantins não se houvesse incorporado à região Norte.

⁸A tendência seria ainda mais clara se não tivéssemos incluído o Tocantins na região Norte. Neste caso, a linha A/B apresentaria resultados 0,74 na coluna Norte e 1,18 na coluna Centro-Oeste, mais próximos, ambos, do índice "ideal" de 1.

⁹A distinção entre os dois partidos pode dever-se, em parte, ao fato de que o PFL disputa um espaço mais fortemente ocupado por terceiras agremiações. Um indício: as bancadas do PT permanecem praticamente estáveis do começo ao fim das legislaturas, enquanto os parlamentares do PFL, do PPB, do PMDB e do PSDB circulam bastante entre essas quatro legendas e outras menores.